



## “A fonte não quis se identificar”: o anonimato no jornalismo do G1/Acre<sup>1</sup>

Francielle Maria Modesto MENDES<sup>2</sup>

Francisco Aquinei Timóteo QUEIRÓS<sup>3</sup>

Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco, AC

### Resumo

O objetivo do artigo é discutir a seleção e o anonimato das fontes jornalísticas no portal de notícias G1/Acre. O período de investigação compreende os meses de março a julho de 2014, em que foram encontradas dez matérias com fontes não identificadas. A partir disso, propõe-se um debate sobre o porquê do veículo optar pela omissão das fontes em vez da busca pela informação fornecida por pessoas identificadas. Sabe-se que o anonimato protege as fontes em determinadas situações de risco, mas que nem sempre esse é um recurso adequado, principalmente, nas pautas do cotidiano. Portanto, a proposta é investigar quais são os critérios utilizados pelo veículo para produzir conteúdo com informantes anônimos. Autores como Luiz Costa Pereira Junior, Ricardo Noblat, Mario Erbolato foram usados para embasar os estudos sobre o tema.

**Palavras-chave:** jornalismo; fontes anônimas; G1/Acre.

Com o objetivo de discutir a seleção e a preservação das fontes jornalísticas, elabora-se este estudo tendo como *corpus* de investigação dez matérias publicadas entre os meses de março a julho de 2014 no site G1/Acre, ligado ao portal de notícias G1 das Organizações Globo.

As matérias selecionadas para pesquisa são as seguintes: 1) “Motoristas passam a noite em filas para abastecer em postos no AC”, publicada em 26/03/2014; 2) “Imigrantes encontram dificuldades para sair de Assis Brasil, diz morador”, 19/04/2014; 3) “Falta de segurança preocupa frequentadores de parque na capital”, 02/05/2014; 4) “Candidatos denunciam troca de provas em concurso do Ifac”, 11/05/2014; 5) “Por irregularidades, Justiça interdita supermercado em Rio Branco”, 02/06/2014; 6) “Alunos da Ufac encontram rã em comida do Restaurante Universitário”, 11/06/2014; 7) “Ex-

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 28 a 30 de maio de 2015, em Manaus-AM.

<sup>2</sup> Professora Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC), onde atua como docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo. Membro do grupo de pesquisa Comunicação, Sociedade e Cultura, email: [franciellemodesto@gmail.com](mailto:franciellemodesto@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor Mestre em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (UFAC), onde atua como docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo. Membro do grupo de pesquisa Comunicação, Sociedade e Cultura, email: [aquinei@gmail.com](mailto:aquinei@gmail.com).



alunos denunciam instituição por emitir diploma de graduação errado”, 03/07/2014; 8) “Pacientes com câncer denunciam que estão há 2 meses sem morfina no AC”, 04/07/2014; 9) “Estudante diz ter sido assediada dentro do campus da Ufac”, 07/07/2014; 10) “No AC, jovens acusam ex-policial de chantageá-las com vídeos íntimos”, 09/07/2014.

Uma das máximas do jornalismo é o rompimento do(s) silêncio(s), por intermédio da construção de sentido da notícia e da diminuição das incertezas para o leitor. O que isso significa? Que o repórter tem o desafio de encontrar evidências em meio a tantas situações incertas, em curto espaço de tempo, devendo conciliar, sobretudo, seus interesses e o do público.

Engana-se o jornalista que pensa que ‘ouvir o outro lado’ é suficiente para evitar conflitos jornalísticos. Como diz Luiz Costa Pereira Junior, “o trabalho (...) não se realiza quando equilibra entre o pró, o contra, os ângulos da notícia, pois é comum cair num ceticismo circular, em que uma hipótese é confrontada por sua antítese” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 71). Em suma, o que é dito por uma fonte não pode apenas ser contradito por outra. O jornalismo é o exercício do trabalho investigativo.

Ricardo Noblat vai mais adiante ao tema e afirma que, “o repórter é pago para investigar e obter respostas” (NOBLAT, 2010, p. 51). Ele não pode, portanto, se contentar com versões divergentes ou transferir as dúvidas para o leitor. É preciso apurar os assuntos até que as imprecisões tenham sido eliminadas<sup>4</sup>. Segundo o autor, na maioria das vezes, “não testemunhamos os fatos sobre os quais escrevemos. Publicamos o que nos contam a respeito deles. Podemos publicar opiniões divergentes sobre um mesmo fato. Versões divergentes, não. É pecado mortal” (NOBLAT, 2010, p. 51).

Durante a apuração, pode acontecer das fontes não quererem ser reveladas. Sabe-se também que resguardar o sigilo da fonte é direito do jornalista, assim diz o artigo 5º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Porém, cabe questionar, a partir do artigo, quais são as situações em que o jornalista deve trabalhar com fontes anônimas e se isso pode acontecer rotineiramente no jornalismo.

Mario Erbolato (2006) ressalta que nem sempre a fonte anônima deve ser utilizada pelo jornalista. Por exemplo, em casos de a notícia está relacionada com os

---

<sup>4</sup> Apesar de jornalista experiente, Ricardo Noblat já foi vítima da falta de checagem de informação. Em 2009, ele publicou em primeira mão em seu blog que uma brasileira grávida de gêmeos havia sido agredida na Suíça por *skinheads*. As informações foram relatadas pelo pai da suposta vítima, que era amigo de infância do jornalista. Posteriormente, descobriu-se que a mulher estava mentindo sobre a gravidez e a violência sofrida.



interesses da comunidade, ela não precisa ser transmitida misteriosamente por uma fonte, pois não há nada para ser ocultado.

Outro aspecto pontuado pelo autor para não se fazer uso de fontes anônimas diz respeito à nomeação de um porta-voz para falar em nome de alguma instituição e evitar o anonimato desnecessário. O porta-voz é aquele que fala autorizada e nomeadamente. Por exemplo, na matéria intitulada “Por irregularidades, justiça interdita supermercado em Rio Branco”, um representante da empresa poderia ter sido nomeado para falar com a imprensa.

A ausência de um responsável fez com que o site publicasse a fala de uma fonte que não quis se identificar: “Ao G1, um dos responsáveis pela gerência do estabelecimento, que não quis se identificar, disse que iria esperar ser notificado oficialmente antes de se posicionar” (G1/ACRE, 2 de junho de 2014, online).

Nesses casos, de acordo com os exemplos discutidos por Noblat (2010), a não colaboração da empresa deve levar a imprensa a uma atitude investigativa. Por isso, o indicado seria não publicar a matéria até que um responsável do supermercado se pronunciasse quanto à interdição. Como isso não aconteceu, a matéria publicada destaca a decisão do juiz sem que a versão do supermercado tenha sido apresentada:

A Justiça acreana determinou a interdição imediata de uma das unidades da rede de supermercados Casa dos Cereais, localizada no bairro Cadeia Velha, em Rio Branco. De acordo com o Tribunal de Justiça do Acre (TJ-AC), a 2ª Câmara Cível, que julgou o mérito da questão, entendeu que havia uma série de irregularidades no estabelecimento.

A utilização de via pública de forma inadequada, falta de estacionamento para os clientes e até mesmo a ausência de alvará de funcionamento, são alguns dos problemas apontados pelo Judiciário para justificar a decisão.

Inclusive, segundo a Justiça, desde 2009 que o supermercado estaria funcionando sem autorização da Prefeitura de Rio Branco, por não corrigir as irregularidades.

Caso não cumpram a determinação da Justiça, os donos do estabelecimento podem receber multa de R\$ 5 mil por dia. Ao G1, um dos responsáveis pela gerência do estabelecimento, que não quis se identificar, disse que iria esperar ser notificado oficialmente antes de se posicionar (G1/ACRE, 2 de junho de 2014, online).

Sabe-se que nem sempre uma das partes envolvidas em denúncia quer se pronunciar publicamente, mas, nesses casos, Erbolato incentiva a persistência e perspicácia do trabalho jornalístico para encontrar uma fonte que queira e possa se identificar:



Há conveniência, por parte dos interessados, em manter sigilo da fonte a respeito de determinado assunto, mas o repórter, com habilidade e discrição, vai auscultando quem possa lhe oferecer elementos e vai fazendo, paralelamente, as suas observações próprias (ERBOLATO, 2006, p. 185).

Das matérias selecionadas para análise, sete são acusações explícitas e em três a palavra ‘denúncia’ aparece no título do texto: 1) “Falta de segurança preocupa frequentadores de parque na capital”; 2) “Candidatos *denunciam* troca de provas em concurso do Ifac”, 3) “Alunos da Ufac encontram rã em comida do Restaurante Universitário”, 4) “Ex-alunos *denunciam* instituição por emitir diploma de graduação errado”, 5) “Pacientes com câncer *denunciam* que estão há 2 meses sem morfina no AC”, 6) “Estudante diz ter sido assediada dentro do campus da Ufac”, 7) “No AC, jovens acusam ex-policia de chantageá-las com vídeos íntimos”.

Em alguns casos, entende-se o porquê da fonte não querer se apresentar. Provavelmente, as pessoas envolvidas nas denúncias temem algum tipo de represália, como na matéria intitulada “No AC, jovens acusam ex-policia de chantageá-las com vídeos íntimos”. As denunciantes têm entre 16 e 21 anos, sendo uma delas, portanto, menor de idade quando namorou o rapaz acusado de chantageá-la. Como o fato refere-se à exposição de vídeos íntimos é compreensível que as identidades das fontes sejam preservadas.

No entanto, Erbolato (2006) reitera que o jornalista precisa passar ao leitor todos os detalhes da notícia, mesmo aqueles que parecem irrelevantes. Tudo deve ser levado em conta para evitar desmentidos: nomes, datas, locais. A partir disso, considera-se que o constante manuseio de fontes anônimas pode gerar imprecisão nas notícias, dúvidas no leitor quanto à veracidade das informações e até questionamentos quanto à credibilidade do trabalho do jornalista e do veículo de comunicação. Como solução para isso, Ted White (2008) propõe que o jornalista procure encontrar várias fontes que digam a mesma coisa sobre determinado assunto, não se limitando a uma única fonte como base para notícia.

A matéria “Estudante diz ter sido assediada dentro do campus da Ufac” é exemplo de texto produzido a partir de uma única fonte. Na denúncia, uma universitária diz ter sofrido assédio por alguém que ela não sabe identificar quem é, mas imagina ser um funcionário terceirizado da Universidade Federal do Acre (UFAC). A estudante efetua sua acusação por intermédio do G1/Acre, mas se recusa a dizer o próprio nome, alegando não querer exposição.



Apesar de afirmar ser incomodada com frequência, a denunciante não sabe precisar quem é o autor das falas que a aborrece e nem em qual empresa o funcionário trabalha. Segue trecho da matéria:

Sobre o homem que lhe importuna, a estudante disse que são várias empresas trabalhando dentro do campus e não conseguiu identificar em qual delas o indivíduo trabalha. ‘O cidadão não estava com a blusa da empresa, estava com outra blusa’, acrescenta (G1/ACRE, 7 de julho de 2014, online).

Funcionários ou representantes das empresas terceirizadas não foram ouvidos. O único procurado foi o prefeito do campus universitário que disse precisar de uma denúncia formal para investigar o caso. Destaca-se o fato de que a denunciante diz que “a situação ocorre também com outras garotas e envolve outros trabalhadores” (G1/ACRE, 7 de julho de 2014, online).

Como parte do trabalho de apuração das informações, “as outras garotas” também deviam ter sido ouvidas para melhor sustentação da denúncia. Como dito anteriormente, a falta de detalhamento da acusação torna o trabalho jornalístico impreciso, reticente e lacunar, além de originar questionamentos do leitor quanto às intenções das fontes anônimas e do veículo que publicou o texto. Ao fazer a denúncia e não comprová-la, teria o veículo alguma intenção que não a de informar seu público? Não citar a fonte esconde ou silencia algum aspecto da apuração? Para evitar esse tipo de suspeita, Pereira Junior ressalta:

A apuração de informações, a investigação, é a pedra de toque da imprensa, seu álibi, a condição que faz um relato impresso ser jornalismo, não literatura. É a espinha dorsal do trabalho jornalístico. Mas entre a descoberta de um rumor e a publicação da notícia, zonas de sombra se instalam, sinais amarelos acendem (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 73).

Quando se compara essa denúncia com a do caso do ex-policial militar, percebe-se uma diferença. No primeiro caso, todas as três moças que se diziam vítimas foram ouvidas e tiveram suas histórias relatadas. Esse cuidado não acontece na segunda situação, mesmo a estudante afirmando que outras pessoas eram assediadas por trabalhadores no campus universitário. Além dessa testemunha, ninguém mais foi ouvido. A partir disso, é possível afirmar que a apuração das informações e a coleta de depoimentos das vítimas da primeira notícia foram realizadas com maior preocupação e detalhamento.



São muitos os casos envolvendo chantagem, assalto, entre outros, em que as fontes temem ser reconhecidas. Contudo, é preciso ficar atento quando o veículo repassa fatos sem muita precisão. O levantamento de informações está relacionado com a visão plural que o jornalista tem da situação ocorrida. Para Pereira Junior (2010), isso depende de dois fatores: o nível de incerteza e a necessidade de solidez. O profissional da comunicação deve ter consciência se os resultados apurados são frágeis para publicação da matéria, além de observar quais as intenções das fontes. Cabe, portanto, ao jornalista a honestidade na apuração, o rigor na verificação, a desconfiança diante de toda fonte de informação com a qual se depara.

Pereira Junior chama atenção ainda para o fato de que a confidencialidade exige cautela, pois “os entrevistados podem usar o jornalista para passar informação maliciosa e mentir, sem arcar com as responsabilidades” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 59). Por isso, o autor expõe a importância de recolher evidências, além das informações narradas pelas fontes:

*O off torna difícil saber quanto o jornalista transcreve a própria opinião como se de outro. Ou esconde a covardia de tecer afirmações, porque dispensado o esforço de investigação. (...) Um muito importante é publicar informação obtida por off só quando confirmada por outras evidências, checar a idoneidade da fonte e conhecer o terreno em que pisa. Confrontar, e comprovar, afirmações é regra de ouro. Se não há outro meio que não o sigilo, então o critério é explicar a razão do anonimato, sem revelar a identidade da fonte (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 59).*

Muitos são os autores que destacaram o perigo de trabalhar com a confidencialidade excessiva. No que se refere à desconfiança das versões das fontes, Noblat também alerta:

*Não acreditem na primeira versão sobre o que quer que seja. Nem na segunda, mesmo que ela coincida ou se pareça com a primeira. Sejam céticos. Extremamente céticos. Duvidem de tudo e de todo mundo. Duvidem de vocês mesmos, da própria capacidade de apurar bem. Duvidem até do que imaginam ter visto. Duvidem da memória. Por isso, apurem mais. Anotem tudo que puderem anotar – desde que a tarefa não desvie sua atenção da notícia (NOBLAT, 2010, p. 54).*

A partir do estudo das matérias selecionadas, observa-se que não há uma preocupação dos repórteres do G1/Acre em apresentar provas sobre as denúncias feitas, a preocupação concentra-se em reproduzir as falas das fontes como expressão da verdade.



Na notícia “Alunos da Ufac encontram rã em comida do Restaurante Universitário”, a fonte anônima faz afirmações de grande impacto, que colocam em questão a higiene e a qualidade da comida servida no restaurante da universidade:

Uma das estudantes, que não quis se identificar, diz que a falta de higiene faz com que essas situações [aparecimento de algo estranho misturado ao alimento] se tornem cada vez mais recorrentes no local (MUNIZ, 11 de junho de 2014, online).

O pior é a falta de higiene. É muito fácil perceber, basta olhar os talheres e bandejas (MUNIZ, 11 de junho de 2014, online).

O site disponibiliza uma foto do que parece ser uma rã misturada a arroz e feijão em uma das bandejas do restaurante da instituição de ensino superior, porém não fica provada a procedência do anfíbio e nem se ele realmente estava na comida do estudante. O texto concentra suas denúncias na fala de um único aluno não identificado. Para casos como esse, White (2008) ressalta que quando o jornalista decide manter seus informantes em *off*, ele deve procurar outras fontes que aceitem falar abertamente sobre o assunto.

Ainda no mesmo texto, percebe-se que além das aspas dessa fonte anônima, não há evidências e nem comprovação na matéria de que esses episódios são “recorrentes no local”. Também não é provado se há sujeira nos talheres e nas bandejas usadas. No caso, o trabalho jornalístico é apenas de acusação.

O jornalista está em posição privilegiada e pode causar dano ou benefício com a publicação de um texto, por isso é preciso certeza de que aquilo que está sendo divulgado, realmente, se aproxima dos fatos ocorridos. Dessa forma, a transformação do exercício do jornalismo em mera divulgação de denúncias imprecisas é a banalização de uma das funções do jornalista: a prestação de serviço para sociedade de forma responsável.

As denúncias seguem na matéria “Pacientes com câncer denunciam que estão há 2 meses sem morfina no AC”. Citando o nome de um paciente, a jornalista relata a falta de um medicamento. O mesmo texto apresenta uma segunda denúncia sobre a ausência de filme para revelar tomografia, mas dessa vez anônima. “De acordo com um profissional residente, que não quis se identificar, há pelo menos três meses, o Hospital das Clínicas, (...) não possui filme para revelar tomografia” (NATANI, 4 de julho de 2014, online).





As declarações anônimas geram consequências não somente aos envolvidos. No caso específico, quando se faz uso de uma informação concedida por “um profissional residente”, automaticamente, levanta-se suspeita sobre todos os que trabalham no mesmo hospital. A suspeita, por sua vez, pode ocasionar problemas a muitos residentes que nada tenham a ver com a informação repassada ao repórter.

Por causa dessas implicações, o autor Pereira Junior (2006) é bastante incisivo em sua interpretação sobre o uso excessivo de fontes anônimas: “O uso indiscriminado do *off*, nas reportagens em que não é evidente o risco à fonte, virou alibi à apuração preguiçosa, de quem aceita, por inércia, anonimato de qualquer entrevistado” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 59).

A intenção aqui não é acusar os jornalistas do veículo de preguiçosos ou inertes e nem descredenciar o trabalho desses profissionais. Mas, sim, contestar o porquê da escolha pela preservação de fontes anônimas em detrimento de fontes que queiram e possam se identificar.

Nesse último caso, o texto é publicado com a fala do denunciante, que é contraposta com uma nota de esclarecimento da Secretaria de Saúde do Acre. A partir disso, pode-se perguntar: a denúncia é ou não verdadeira? Como as versões apresentadas são contrárias, pode-se aferir que alguém está mentindo. Mas quem? O público não tem como responder a essa pergunta. Fazendo novamente uso do pensamento de Noblat (2010), afirma-se que não é pertinente transferir a dúvida para o público.

Outro exemplo desnecessário de preservação da identidade da fonte está na matéria “Motoristas passam a noite em filas para abastecer em postos no AC”. O G1 opta pela publicação da fala de uma frentista anônima, que comenta sobre as filas para comprar gasolina no mês de março, período em que o produto faltou nos postos da cidade de Rio Branco, no Acre. A seguir um trecho da matéria: “Uma frentista, que não quis se identificar, disse que ao chegar no posto, às 5h, as filas já estavam quilométricas” (NATANI; MUNIZ, 26 de março de 2014, online).

Por que não procurar outro funcionário que pudesse se identificar? Por que se contentar com o informante que não quis ter seu nome publicado? O questionamento é válido, uma vez que a pauta ‘falta de gasolina’ estava sendo discutida nas editorias de cotidiano, sendo de conhecimento público naquele momento. Dessa forma, não envolvia denúncia grave e nem colocava em risco a integridade física e moral das fontes.





As mesmas indagações cabem ao texto “Falta de segurança preocupa frequentadores de parque na capital”. A notícia apresenta duas fontes, mas somente a primeira se identifica. Novamente, pergunta-se: por que não procurar outra pessoa que também pudesse revelar o nome e a profissão? A nomeação dos informantes, a especificação de suas funções profissionais e o uso de suas imagens oferecem credibilidade ao profissional, precisão à matéria e confiança ao público.

Outro estudioso do jornalismo que alerta sobre as implicações da não revelação da fonte é Felipe Pena (2008). Ele expõe que a profissão se torna “perigosa” quando o jornalista se resguarda o direito de não revelar suas fontes. Para o autor, assim como o anonimato pode ajudar a resolver casos importantes a exemplo do Watergate<sup>5</sup>, pode também produzir distorções como a do jornalista Jayson Blair, em 2003, repórter do *The New York Times*, acusado de inventar testemunhas e falsificar declarações para suas matérias jornalísticas.

A partir disso, é preciso tomar as precauções necessárias. Pois, como salienta Pena (2008), os testemunhos estão sempre mediados pela emoção, preconceito, memória e linguagem, por isso a necessidade de averiguação das informações repassadas para que os jornalistas não acusem sem provas e também não sejam enganados pelos interesses das fontes.

Na matéria “Imigrantes encontram dificuldades para sair de Assis Brasil, diz morador”, o G1 levanta alguns questionamentos sobre o deslocamento dos migrantes do interior do Acre para Rio Branco, mas não apresenta comprovação das afirmações da fonte. O veículo afirma, por intermédio de uma fonte não identificada, que as pessoas estão se deslocando a pé para capital e acusa os taxistas de cobrarem alto preço para atender a demanda. Observa-se isso no trecho seguinte:

Segundo um morador de Assis Brasil, que não quis se identificar, alguns dos estrangeiros que cruzam a fronteira não têm mais dinheiro para seguir viagem até Rio Branco e estão acampando no município. Ele conta que alguns decidiram ir a pé para a capital, outros esperam por uma solução na cidade. Ainda segundo o morador, os taxistas estariam cobrando um valor alto para realizar o percurso entre os municípios (RIBEIRO, 19 de abril de 2014, online).

---

<sup>5</sup> O Watergate foi um escândalo político ocorrido na década de 1970 nos Estados Unidos, que ocasionou a renúncia do presidente republicano Richard Nixon. Em 1972, o jornal *Washington Post* noticiou o assalto à sede do Comitê Nacional Democrata, no Complexo Watergate, na capital dos EUA. Os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein descobriram o envolvimento do presidente norte-americano no crime. A fonte dos repórteres ficou conhecida como ‘Garganta Profunda’ e só foi identificada publicamente em 2005. O informante era o ex-vice-presidente do FBI, W. Mark Felt.

Contudo, o texto jornalístico não apresenta a fala de um migrante que tenha se deslocado a pé ou de carona pelo estado e nem a fala de alguém que possa comprovar essa afirmação. Assim como, não traz a fala de um taxista que possa confirmar ou contrariar o que foi dito pelo informante anônimo. A matéria expõe uma única fala identificada, que é a do secretário de Desenvolvimento Social. Porém, suas aspas não contribuem para a resolução da questão, pois ele apenas afirma não estar ciente dos fatos.

O mesmo acontece na publicação “Candidatos denunciam troca de provas em concurso do Ifac”. A notícia é embasada por duas fontes desconhecidas, uma delas integrante de um grupo de *whatsapp* (aplicativo de mensagens para *smartphones*):

Uma candidata, que não quis se identificar, confirmou que houve troca de provas, as que seriam aplicadas no Ifac foram encaminhadas à Universidade Federal do Acre (Ufac) e as que iriam para a Ufac foram para o Ifac. "Algumas já chegaram no local abertas, é um absurdo. Além disso, não tem cadeira suficiente para todos os candidatos", diz.

Outra reclamação que chegou à equipe do G1 é que aparelhos de celular estariam sendo usados dentro das salas. Segundo uma internauta, que não quis se identificar, e que faz parte de um grupo do *whatsapp*, ela recebeu mensagens de texto de candidatos que estariam dentro das salas.

"Todos estão nas salas com o celular, inclusive eu, estou gravando tudo", "Erraram o número das salas", "Tá uma loucura aqui no Ifac", "Não tem cadeiras nas salas", "Trocaram as provas", "As salas não foram identificadas", essas são algumas mensagens de texto que os candidatos estariam trocando, segundo a internauta (BRASIL, 11 de maio de 2014, online).

Faz-se aqui o seguinte questionamento: qual é a finalidade jornalística de se levantar hipóteses sobre um determinado assunto sem se preocupar em apresentar respostas aos leitores? Por que publicar um texto baseado numa fonte anônima que não teve sua fala comprovada? Qual afinal seria o papel do jornalismo contemporâneo? Disseminar factoides, basear-se em relatos, mesmo que não ratificados ou levar esclarecimento ao público leitor?

Bill Kovach e Tom Rosenstiel afirmam que as redações não são democracias. “Alguém, no alto da cadeia de comando, deve tomar as decisões finais – vamos em frente com a matéria ou não, deixar a maldita declaração no texto ou tirá-la fora. Se não for assim (...) não poderiam fechar seus noticiários em tempo hábil” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.276-277).

Os autores enfatizam que pensando na necessidade de publicar informações rápidas e no tempo dos editores, muitos jornalistas argumentam que nem sempre será



possível checagem e escolha por fontes que queiram se identificar. Apesar da rapidez exigida pela internet, essa justificativa não pode limitar o trabalho do jornalista.

No último exemplo a ser citado nesse artigo, as fontes também são mantidas em anonimato. No texto “Ex-alunos denunciam instituição por emitir diploma de graduação errado”, duas alunas dizem reivindicar na justiça a possibilidade de tomar posse em um concurso público. Aprovadas no certame da Secretaria de Educação do Acre, as moças foram impedidas de assumir o cargo porque o diploma apresentado era de bacharelado e não de licenciatura como o exigido no edital.

A construção da notícia segue o modelo de outras matérias discutidas neste mesmo artigo. As fontes denunciam, porém os acusados negam. Nesse caso, a Secretaria de Educação diz que o diploma apresentando está errado, a instituição que expediu o diploma diz que o documento é reconhecido pelo MEC, enquanto as fontes se dizem prejudicadas pela não posse no concurso. Quem está com a razão? A notícia não responde. Mais uma vez, a máxima do veículo é ouvir todos os lados e apresentar as versões contrárias sem buscar as entrelinhas da notícia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a investigação do tema aqui proposto, conclui-se que para o G1/Acre o importante é ouvir os dois lados da história e apresentar as versões apuradas, mesmo que elas sejam disponibilizadas ao público anonimamente e/ou não sejam conclusivas para o trabalho jornalístico.

Ouvir todas as vozes é um comportamento ético, mas também pode implicar em falta de averiguação de determinadas informações. Nos exemplos estudados, os repórteres se contentam com as falas das fontes sem fazer questionamentos, mesmo que as declarações dos envolvidos se contraponham por completo.

Percebe-se que para fundamentar as notícias, o veículo opta pelo uso de fontes anônimas, sempre que considera necessário, porém, não estabelece critérios evidentes sobre a seleção desses informantes. Como discutido anteriormente, sabe-se que algumas denúncias exigem proteção e anonimato, entretanto nem todos os casos estudados apresentam perigo a quem oferece informações aos jornalistas. Portanto, não se justifica o uso indiscriminado desse tipo de recurso.

Das matérias analisadas, considera-se a necessidade de proteção das fontes em apenas um dos textos intitulado “No AC, jovens acusam ex-policia de chantageá-las



com vídeos íntimos”. No caso, o anonimato se justifica por envolver uma vítima menor de idade que está sendo chantageada e correndo risco de ter sua vida íntima exposta. Nas demais matérias, havia a possibilidade de se ouvir vozes que pudessem ter seus nomes divulgados.

O G1/Acre, ao optar pela fala de pessoas não identificadas, corre o risco de perder credibilidade, um bem muito precioso para o jornalista. Além disso, o meio de comunicação fica suscetível a gerar notícias imprecisas para o leitor quanto à veracidade e as intenções do fato narrado.

Por fim, não se pretende esgotar o tema do artigo. Mas objetiva-se problematizar o uso da fonte anônima como parte dos recursos jornalísticos para a cobertura diária. Seria o anonimato da fonte a única escolha do jornalista? Provavelmente, não. Por isso, enquanto houver possibilidades melhores e mais comprometidas com os processos de comunicação, cabe ao profissional buscá-las.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Janine. **Candidatos denunciam troca de provas em concurso do Ifac**. 11 de maio de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/05/candidatos-denunciam-troca-de-provas-em-concurso-do-ifac.html>. Acessado em 01 de novembro de 2014.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, capacitação e edição no jornal diário. São Paulo: Editora Ática, 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Código de ética dos jornalistas brasileiros. Vitória, 2007. Disponível em [http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em 24 de agosto de 2014.

G1/ACRE. **Falta de segurança preocupa frequentadores de parque na capital**. 02 de maio de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/05/falta-de-seguranca-preocupa-frequentadores-de-parque-na-capital.html>. Acessado em 01 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Por irregularidades, Justiça interdita supermercado em Rio Branco**. 02 de Junho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/06/por-irregularidades-justica-interdita-supermercado-em-rio-branco.html>. Acessado em: 01 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Ex-alunos denunciam instituição por emitir diploma de graduação errado**. 03 de Julho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/07/ex-alunos-denunciam-instituicao-por-emitir-diploma-de-graduacao-errado.html>. Acessado em: 01 de novembro de 2014.



\_\_\_\_\_. **Estudante diz ter sido assediada dentro do campus da Ufac.** 07 de Julho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/07/estudante-diz-ter-sido-assediada-dentro-do-campus-da-ufac.html>. Acessado em: 01 de novembro de 2014.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo:** o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MUNIZ, Tácita. **Alunos da Ufac encontram rã em comida do Restaurante Universitário.** 11 de Junho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/06/alunos-da-ufac-encontram-ra-em-comida-do-restaurant-universitario.html>. Acessado em: 01 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **No AC, jovens acusam ex-policial de chantageá-las com vídeos íntimos.** 09 de Julho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/07/no-ac-jovens-acusam-ex-policial-de-chantagea-las-com-videos-intimos.html>. Acessado em: 01 de novembro de 2014.

NATANI, Rayssa; MUNIZ, Tácita. **Motoristas passam a noite em filas para abastecer em postos no AC.** 26 de março de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/03/motoristas-passam-noite-em-filas-para-abastecer-em-postos-no-ac.html>. Acessado em: 01 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Pacientes com câncer denunciam que estão há 2 meses sem morfina no AC.** 04 de Julho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/07/pacientes-com-cancer-denunciam-que-estao-ha-2-meses-sem-morfina-no-ac.html>. Acessado em: 01 de novembro de 2014.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** São Paulo: Contexto, 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística.** Petrópolis: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Apuração da notícia:** métodos de investigação na imprensa. Petrópolis: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Veriana. **Imigrantes encontram dificuldades para sair de Assis Brasil, diz morador.** 19 de março de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/04/imigrantes-encontram-dificuldades-para-sair-de-assis-brasil-diz-morador.html>. Acessado em: 01 de novembro de 2014.

WHITE, Ted. **Jornalismo eletrônico:** redação, reportagem e produção. Tradução: Márcia de Toni. São Paulo: Roca, 2008.